

Foi realizada sessão ordinária da Câmara Municipal de Choperá, dia 13 (treze) dias do mês de agosto do ano de 2019, (dois mil e dezenove) às 19 horas e quarenta minutos no prédio da Câmara Municipal de Choperá reuniram-se mais uma vez os membros da Assembleia Legislativa sob a presidência do Vereador F.º Olymar Pusia Lopes. Feita a cerimônia de posse o Secretário da Sesu Djalma procedeu a chamar a qual respondeu os seguintes edis: F.º de Holanda, Júlio F.º Vidal de Souza, Fabiano Lemos Cabral, Lauro George Pusia, Sandau, F.º Franklin Delmyrie, F.º Olymar Pusia Lopes, Gustavo de Freitas Marcol, Carmelio César e Franklin Francinaldo. F.º seguindo o presidente da Sesu o Vereador conversou a sessão ordinária em audiência pública, observante requerimento aprovado unanimemente por unanimidade no plenário das câmara Municipal Vereador Franklin Francinaldo, designado pelo Presidente

da Casa para conduzir os trabalhos da audiência pública, que iniciou fazendo breve relato do fundamento legal da mesma, enfatizando a sua importância na operação unida de vez que a atividade e o exercício da presença das empresas é feita pela ENEL, CAGECE e SISAL, foi convocado a inaugurar o uso da SEDUM, uma representante da ENEL, com o objetivo introduzir o relatório conducente dos trabalhos, leitora que os usuários generalizam suas opiniões quanto à forma de fornecimento das bacias, passando a palavra ao Sr. Damião Lacerda, que, fundado, mencionando a lei da concessão de serviço de fornecimento de energia elétrica, ressaltando, simultaneamente, sobre a empresa. A seguir a Resolução nº 414/2010, da ANEEL, nos dispositivos que culminam a demanda da natureza. Organizou a sociedade no uso racional da energia elétrica, expondo que a cultura pode ser vista como instrumento. Verádo, o Presidente de inquéritos sobre a duplicidade na emissão de faturas, no que se respondeu que a demanda deve ser levada permanentemente com as faturas das faturas aos canais de atendimento ou já feita da ENEL em sua casa para analise mais acurada. O Vereador Fabiano Klemes, a seu tempo, mencionou que os cidadãos informaram que o alcance prioritário ao consumidor no que tange a horários e trato imprevisível, no que concerne àqueles explicados que não se aplicam aos consumidores. O tempo e experiência na justiça e o Senhor Ivano Campelo, em resposta, a colocação do seu fabiano Klemes o representante da ENEL ressaltou que a empresa era envolvida em esforços para melhorar os padrões de alcance ao consumidor. O Vereador Ivano Campelo, por sua vez, ressaltou uma lei aprovada nesta Casa que confere direitos de contribuição de iluminação pública para alguns segmentos populacionais, os residentes de zona rural, por exemplo, os moradores continuam pagando a contribuição. Em resposta o ex-prefeito que ressalta necessidades da comunicação, para fins de identificação da subdivisão rural. Damião, a iluminação pública passou a ser de responsabilidade das empresas.

desde o ano de 2015, a quem compete organizar e elaborar
o e-mail solicitado acerca da jurisprudência pública. O Vereador
Fabiano Lemos pediu vista para tal fim a respeito da
discussão de consumidor sobre as insatisfações com o atendi-
mento da ENEL, no que o representante da empresa respondeu
que a reclamação não levanta ao Comitê de Atendimento, que
não é competência do consumidor no prazo legal. O Vereador Fabiano
Vidal elencou a reclamação dos usuários de Choró-6 no seu
fórum ao gestor do período da manutenção. Em resposta o re-
presentante da ENEL mencionou que as demandas do mu-
nicípio de Choró-6 numericamente não justificam a extensão
de horário para o período suspenso, considerando que a loja
funciona um (01) dia mais de atendimento devendo-se desco-
nhecer os dias úteis de SAC (Serviço de atendimento ao consu-
midor). O Vereador Paulo Góes fez sua vez relativo
que o atacado de Choró-6 é dificuldade de exercer outras
atividades de SAC, e que as respostas não fornecem a contento
da competência para com as demandas dos usuários que
regularmente voltam da loja de Choró-6 sem o pedido
de atendimento, porquanto o sistema da empresa está nem
funcionamento. No entanto, referiu reclamações de consumidores
sobre faltanças supostamente equivocadas de faturas de energia
num tempo relativos de iluminações públicas abusivamente
abrigada em contrário. O representante da ENEL informou
o falecimento para reclamações enfatizando que nenhuma das
reclamações deve estar de posse da conta de energia elétrica entre
conta o número de cliente e mídia consumidora. Relatou
que o consumidor da zona rural possui faixa mais barata
referiu que a ENEL praticar a responsabilidade ecológica e social
no desenvolvimento de seu trabalho. Divulgou o projeto ENEL como
“filha legitimada”. Um acúlito da administração municipal aponta
TCMS sobre a energia elétrica, no que foi ressaltado que a
ENEL apenas responde a avaralhado de público ao regular
910 (novecentos e dez), o qual, que atualmente tramita ação no

STF acerca da maioria, que uma vez tendo o seu 25º ministro designado a ENE, obviamente cumprindo a ordem judicial do Ministro Fábio Viana colocou que na zona rural as relações, quando necessárias, ocorrem fundamentalmente mesmo para clientes com demandas diferenciadas. Em resposta, o técnico referiu que o que é a ultima providência, que é somada com 15 (quinze) dias de antecedência, que a obrigação pode restringir em razão das ações difíceis na zona rural fazer as provisões, mais uma vez se aponta a vulnerabilidade da antecipação. O ministro respondeu que coloca a disponibilidade entre o consumo e a iluminação, bem como a cultura e o consumo constante nos medidores, enfatizando que já encaminhou a lei mas não obteve retaliação. Diferiu o representante da ENEL que o consumidor deve se beneficiar da disponibilidade da empresa, e que, desconhece a razão pela qual a lei não deu prioridade à questão. O ministro respondeu que muitos estados criaram setores regionais, bem como alterna da priorização de valor da cultura a depósito da redução do consumo. Em resposta o representante da ENEL que o consumidor das bacias terá a preferência de medidores digitalmente no mesmo horário para melhor entender o próprio perfil de consumo. O ministro respondeu que de Oliveira informou que a ENEL tem conhecimento da ocorrência de problemas de iluminação rural na zona rural, que em 2010 - em um ato que maltere, foi principal. Com sua boca, o técnico reiterou esclarecimento a este respeito, enfatizando que a ENEL classifica o consumidor por localidade e não por zona rural ou urbana assim (alegando) a informática para fins de investimento e de competência sobre o público municipal, apesar a base de fato, disso, da palavra o senhor Wanderson Barbosa que informou mencionando a importância dos projetos sociais da EME. O técnico da EMEC elencou os projetos sociais capacitados pela concessionária. O representante da EMEC encaminhou informações de diversos aspectos de telefones, e em resposta o representante fez comentários sobre a situação da morosidade na concessionária no atual con-

loja tubular e fez sua explicação tecnicamente matriz em
ofita no Brasil, aliás menor da era moderna. Em Guaratiba
minerais finos, de coloca à disposição dos consumidores. Dando
segundo passo a fazer parte da AOECE, o que se
faz finalmente, representante da
faz exponencial que a melhoria no reservatório elevado para
dizer alguns pontos de abastecimento na cidade de Chico
e, mas o problema técnico só foi esclarecido, a ferro que
reservatório superficial de Chico é apontada alta salinidade
que a capacidade de suspenção das águas de tratamento de
água. A era tecnologia produz pela aquisição de novos equipa-
mentos. O vereador Chico de Freitas relata as numerosas
casos de alta salinidade na água bem como a alta febre
de gás (gas) dos medidores dos hidrômetros por ocasião da chegada
da água após período de desabastecimento. Em respeito ao tempo
também que com a falta de água nos canos ocorre a captação das
água com ar, mas que a AOECE está fazendo um equipamento
que minimiza a entrada de ar na tubulação. Outronas que
é a implementação de, fato de programar que envolve o problema
da chegada de esgotos às tubulações. O vereador Paulo Góes
é sucessor da sua antecessor, e inquiriu sobre a existência
de loja de ar da AOECE para entender a escassez de abasteci-
mento / reposição dos moradores. O membro suspendeu que a comuni-
cação das empresas ligadas na região. Relatou que a AOECE
é uma gerência de pesquisa para buscar soluções técnicas
para o vereador que julga igualmente a importância do consumo
ciente e responsável. Na ponta para da assistência, o prefeito
Borges de Oliveira que não recorreu as reclamações, sobre aumento
aumentado que danificaram o correspondente aumento no consumo.
Em respeito a loja da AOECE em Chico, o vereador
que neste caso o cliente deve se dirigir diretamente à loja da AOECE, e explicou que o que se abrange progressivamente para
consumo acima de 30 (trinta) metros cúbicos por dia, que para se fa-

ramento se faz necessária a verificação in loco da demanda comunitária pela concessionária.

Vereador Paulo George em seu relatório para discussão de noivas ligadas ao SISAR, explica que para ampliação da rede é necessário de instalação de novo(s) mero(s). Nas considerações finais o autor do projeto afirma que o SISAR tem entendimento correto para amparar a prestação de serviço aos consumidores.

Dando prosseguimento passou a fazer parte da audiência o senhor Daci França, representante do SISAR, que fez um relatório sobre a baixa qualidade e insuficiência no abastecimento de água da localidade de Maranguape. Em resposta o técnico explicou o trabalho do SISAR e os recentes investimentos da rede com a total qualificação das redes contempladas pelo projeto São José. Vereador Chico da Cera perguntou se o SISAR possui autorização sobre a faixa e seu resultado. O técnico respondeu que a faixa é fixa, cujo valor é definido em assembleia geral. O vereador Paulo George diz que não é de todo lucrativo, no entanto, o pagamento do SISAR não é igual para todos, "é que é da parceria do SISAR para ampliar os serviços de comunicações com o projeto São José". O técnico sugeriu que os consumidores do SISAR mantinham uma reserva de água, evitando consumir a água direta da grade a fim de que se obtenha melhor qualidade na água após a sua decantação no reservatório. Mencionou que existem técnicas hidráulicas para melhorar o abastecimento com auxílio de hidrálulas.

Vereador Júnior: Fazendo a indagação sobre a metodologia da prestação de contas do SISAR, no que foi respondido que a mesma ocorre por ocasião da assembleia geral com representantes das associações. O mesmo informou que o SISAR faz parcerias nos municípios, e que o que é principal para a comunicação é a existência de municipal própria da comunidade. Atualmente o vereador pergunta que a cultura local faz um relatório de custos de serviço do SISAR, e explicou sobre a tabela progressiva da faixa de água para inciso:

com o consumo consciente. A senhora presidente da Fazenda, Ana Góes, técnica de PTSAR explicou sobre o horário de atendimento das equipes da PTSAR, iniciando a imprensa necessidade de consumo racionalize água. Verapuy, coordenador das mulheres grandeza pela participação de todos os técnicos, organizando as considerações fáceis dos mesmos, que no contexto se integraram à disponibilidade populacional e de seus recursos de atendimento. Nada mais convindo a falar o senhor presidente deu, por encoraçação ao encontro da qual se fazia a presente ata, que após sua lida é achada condizente para aprovação pelos Pds. Sd x d x d x d x d
2. Autópsia forense Dr. Alfonso Góes

Marcos Pires

Bastidores Abreaga Pereira

Autônoma Francisco José Siqueira

Autônomo José Vidal u. Dr. X

Gostinho Lucas Costa

Francisco Belchior Luís Ribeiro

Eugenio de Mendoza Júnior